



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
2 UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
3 REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2019
4

5 Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, nesta cidade de São Paulo, à
6 Rua Sena Madureira, 1500, no Anfiteatro da Reitoria reuniram-se os membros do
7 Conselho Universitário da UNIFESP. Sob a presidência da Profa. Dra. Soraya Soubhi
8 Smaili, compareceram: Alice Mogadouro Duarte, Alvaro Nagib Atallah, Andreia Regina
9 de Oliveira Camargo, Angelo Amato Vincenzo de Paola, Caden Souccar, Carla Cristina
10 Marquezi, Catarina Segreti Porto, Cecilia Fernandes, Cicero Inacio da Silva, Clelia
11 Rejane Antonio, Clovis Ryuichi Nakaie, Dario Santos Junior, Dulce Aparecida Barbosa,
12 Edmur Machado Silva, Eliane de Souza Cruz, Elson Luiz Mattos Tavares da Silva,
13 Fabio Cardoso Cruz, Fernanda Souza Lopes de Camargo, Fernando Martins, Fulvio
14 Alexandre Scorza, Gabrielle Cabral Fernandes, Gustavo Fernandes Camargo Fonseca,
15 Henrique Crepaldi, Ieda Maria Longo Maugeri, Igor Dias Medeiros, Isabel Marian
16 Hartmann de Quadros, Janine Schirmer, Juliana Mateusa Meira Cruz, Leonardo
17 Martins Silva, Leonardo Pontes Vinho, Lia Rita Azeredo Bittencourt, Luciana Chagas
18 Caperuto, Luciana Ferreira da Silva, Luiz Leduino de Salles Neto, Luiz Roberto Ramos,
19 Magali Aparecida Silvestre, Marcelo Augusto Moraes Leonardeli, Marco Antonio
20 Duraes Macedo, Maria Cecilia Martinelli, Maria Lucia de Oliveira S. Formigoni,
21 Nelson Sass, Nicole Correia Duarte, Norberto Silva Lobo, Paulo Bandiera Paiva, Pedro
22 Fiori Arantes, Raiane Patricia Severino Assumpcao, Renata Cristina Goncalves dos
23 Santos, Rita Jover-Faleiros, Rosana Fiorini Puccini, Sandra Maria de Souza Silva,
24 Sinara Aparecida Farago de Melo, Sylvia Duarte Dantas, Tania Mara Francisco,
25 Valeria Petri, Virginia Junqueira, Yara Maria Correa da Silva Michelacci. Justificaram
26 ausência: Ana Luisa Hofling Lima Farah, que foi substituída por Moises Cohen;
27 Graciela Foglia, que foi substituída por Leonardo Sioufi; Horacio Hideki Yanasse, que
28 foi substituído por Regiane Albertini de Carvalho; Jane Zveiter de Moraes, que foi
29 substituída por Maria Lucia de Oliveira S. Formigoni; Paulo Schor, que foi substituído
30 por Fernando Martins e Zysman Neiman, que foi substituído por Teresa Landman.
31 Justificaram ausência e não foram substituídos: Henrique Nelson Calandra e Luciana
32 Massaro Onusic. Não justificaram ausência: Alexandre de Oliveira Torres Carrasco,
33 Anderson da Silva Rosa, Andre Roberto de Arruda Machado, Claudia Maria Franca
34 Mazzei Nogueira, Clinton Auto do Espirito Santo, Daniel Cara, Djalma Jose Fagundes,





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



35 Gabriel Amaral Zenardi, Hugo Pequeno Monteiro, Ieda Aparecida Carneiro, Isabela
36 Mendes Leal, Jose Carlos Costa Baptista da Silva, Jose Osmar Medina de Abreu
37 Pestana, Julio Cesar Zorzenon Costa, Ligia Ajaime Azzalis, Maria do Socorro Limeira
38 da Silva, Regiane Albertini de Carvalho, Rimarcs Gomes Ferreira, Rodrigo Medina
39 Zagni, Ronaldo Adriano Christofolletti, Veridiana Vera de Rosso. Participaram da
40 reunião como convidados(as): Alexandre Pazetto Balsanell, Ana Claudia Bonilha,
41 Andrea Rabinovici, Andreia Naomi Kuno, Barbara Regina Silva Costa, Caio Yuji S
42 Tanaka, Christian Lima, Claudia Fegadolli, Daniel Augusto Feldmann, Elisangela Bardi
43 da Fonseca, Fabio Cesar Venturini, Flaminio de Oliveira Rangel, Gabriel Dias de
44 Menezes, Giovanna Bonilha Milano, Larissa Beltramim, Lucas Vieira Canalle, Magnus
45 Regios Dias da Silva, Marcos Antonio Gregnani, Maria Jose Conceicao Santos, Paulo
46 Cesar Pereira Guimaraes, Thalita de Moraes Lacerda, Vitoria Louise. Tendo os
47 senhores conselheiros, assinado a folha de frequência e sendo constatado quorum de
48 57 membros. A Presidente inaugurou os trabalhos para tratar da pauta única
49 **Conjuntura Atual: Programa Future-se e Orçamento** oferecendo breve histórico
50 do contingenciamento orçamentário que vem aumentando desde o ano de 2016.
51 Detalhou que em janeiro de 2019 era previsto o recebimento de 20% do total
52 estipulado, mas, em abril, juntamente com o anúncio do nome do Prof. Abraham
53 Weintraub como Ministro da Educação, foi recebida a informação de continuidade da
54 política de contingenciamento, além do bloqueio de 30% dos valores para custeio e
55 capital. Explicou que, dos 70% restantes, aproximadamente 55% foi liberado ao longo
56 do ano até a data atual. Comentou que outras universidades federais enfrentam
57 situação similar. Informou que durante a reunião com o Ministro da Educação,
58 ocorrida em 25 de maio, também houve a indicação de que haveria a liberação
59 progressiva de valores conforme aumento da arrecadação, incluindo autorização das
60 emendas parlamentares. Relatou que durante a visita do *secretário de Educação*
61 *Superior* do Ministério da Educação (SeSU/MEC), Sr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior,
62 em 17 de maio, fora aventada a possibilidade de estar sendo elaborada uma proposta
63 para as universidades federais que permitiria novos modelos de governança, gestão e
64 financiamento, o que poderia, finalmente, significar a autonomia que os reitores das
65 universidades federais tanto buscam. Ela disse terem sido colhidos dados de algumas
66 atividades, formando um conjunto de informações - como uso de imóveis, parceria
67 público-privada para obras e projetos de eficiência energética - para compor o projeto
68 que seria apresentado. Então, nesse momento, ela definiu que os assuntos





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



69 especificamente relativos ao orçamento seriam retomados no final da sessão, quando
70 seria também apresentada proposta de moção referente ao Decreto 9.725 de 12 de
71 março de 2019 que extingue Funções Gratificadas (FGs), bem como informações sobre
72 a programação de audiências públicas nos campi. **Future-se** - A Presidente continuou
73 o relato dizendo que no dia 16 de julho, os reitores das 63 universidades e 40
74 institutos federais foram chamados para, pela primeira vez, serem apresentados ao
75 projeto. Contou que nesse primeiro contato houve muitos questionamentos, pedidos de
76 informações e esclarecimentos. Disse que respostas foram dadas, algumas sem muitos
77 detalhes, mas, ao final, muitas dúvidas permaneceram. Então, no dia 17 de julho
78 aconteceu o lançamento oficial do Programa Future-se, em forma de instrumento
79 administrativo, cuja apresentação não permitia o debate, mas dava início à consulta
80 pública. De lá, os reitores seguiram diretamente para as instalações da Andifes que
81 convocou coletiva de imprensa, lotando a sessão, com o intuito de refletir o ânimo
82 daquele dia e da véspera. Informou que os reitores têm até o dia 15 de agosto para
83 apresentar manifestação por mensagens de correio eletrônico e lembrou que a
84 Reitoria está estudando a matéria e colhendo mais informações. Explicou que a
85 convocação de reunião extraordinária teve por objetivo oferecer ao conselho maior da
86 instituição espaço de reflexão e discussão para, eventualmente, elaborar manifestação.
87 Noticiou que a Unifesp já assinou um pedido de adiamento do prazo de Consulta em
88 conjunto com as universidades federais paulistas e que já está foi encaminhado ao
89 MEC. Acrescentou haver união de esforços entre essas universidades e entidades de
90 classe - como Academia Brasileira de Ciência (ABC), Sociedade Brasileira para o
91 Progresso da Ciência (SBPC), Conselho Nacional das Fundações de Apoio às
92 Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies),
93 Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,
94 Científica e Tecnológica (Conif), Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de
95 Ciência Tecnologia e Inovação (Consecti), Conselho Nacional das Fundações Estaduais
96 de Amparo à Pesquisa (*Confap*), o *Sindicato dos Trabalhadores da Universidade*
97 *Federal de São Paulo* (Sintunifesp), a *Associação Brasileira dos Reitores das*
98 *Universidades Estaduais e Municipais* (Abruem), a Associação Nacional dos Dirigentes
99 das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a Associação dos Médicos
100 Residentes da Escola Paulista de Medicina (Amerepam), entre outras - que foram
101 convidadas a participar do debate, estando algumas presentes, para que a instituição
102 possa se posicionar diante desse difícil cenário. E, assim, concluindo a introdução do





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



103 tema, passou a palavra ao Prof. Pedro para os apontamentos feitos ao documento
104 governamental e, em seguida, para a Sra. Tânia falar sobre os riscos que a proposta
105 apresenta. O Pró-Reitor de Planejamento expôs o documento que buscava apontar
106 pontos decisivos da proposta governamental. Ele comentou a forma como o Programa
107 Future-se está sendo divulgado, através de campanhas de rádio e televisão, inclusive
108 em horário nobre, e o fato de a consulta pública não atender os pré-requisitos para
109 esse tipo de mecanismo de transparência, conforme consta no Decreto 9.191 de 1º de
110 novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação,
111 alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao
112 Presidente da República pelos Ministros de Estado. Chamou a atenção para o fato de
113 as universidades não terem meios para colaborar e também por os documentos não
114 estarem sendo veiculados no sítio oficial do governo, conforme previsto nas
115 normativas. Destacou que o projeto trata da desoneração e renúncias fiscais de cerca
116 de 17 bilhões de reais e, portanto, merece ser analisado e apresentado acompanhado
117 de pareceres, incluindo do Ministério da Economia, uma vez que os fundos propostos
118 não são tributáveis e, dessa forma, significam impacto na arrecadação. Também
119 assinalou o prazo exíguo que deveria ser reservado para temas urgentes e que, ao
120 contrário, tal assunto carece de debate profundo, considerando que é pretendida a
121 alteração de dezesseis leis ao mesmo tempo e, ainda, há que se saber mais sobre a
122 equipe técnica que analisará as respostas que serão enviadas. Sublinhou que o
123 desinvestimento crescente aponta enorme risco às atividades e mesmo sua paralisação
124 em algum momento futuro se as restrições orçamentárias continuarem. Explanou que
125 o governo entende que tal desequilíbrio é causado pelas próprias universidades.
126 Porém, a arrecadação própria não é incentivada, apesar de algumas instituições
127 atingirem volume expressivo desse tipo de receita. Ainda, elencou os aspectos levados
128 em conta pelo GT: que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vem desconsiderando
129 o Plano Nacional de Educação (PNE); que a meta de 40% das vagas do ensino
130 superior serem públicas não está sendo cumprida; o fato de Programa Future-se
131 ignorar tanto o PNE quanto o Plano Plurianual (PPA), não estabelecendo relação com
132 as agências de fomento e seus sistemas e dispersando arranjos possibilitados pelo
133 Marco Legal para a Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como os fundos patrimoniais
134 e as fundações de apoio; que oferece novo modelo de financiamento e de gestão de
135 recursos do Tesouro para Fundos Públicos e Fundos Público-Privados, preterindo os
136 formatos existentes; que sugere mudança de mentalidade, da cultura da coisa pública





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



137 para uma matriz empresarial. Ele também indicou haver, pelo menos, alguns tópicos
138 de análise do texto que permitem entender a lógica do processo contido no PL: os
139 mecanismos de tutela do MEC sobre as Instituições Federais de Ensino Superior
140 (IFES) por meio de comitê gestor, cuja composição não é especificada, apesar das
141 muitas e importantes atribuições; as características dos fundos citados; o fato de os
142 recursos advindos dos novos fundos só poderem ser internalizados por meio das
143 Organizações Sociais (OS). Em termos gerais o programa propõe uma mudança no
144 modelo de financiamento e de gestão das universidades, e também de mentalidade e
145 finalidade. Resumiu que o documento propõe que metas e indicadores de governança
146 para as IFES sejam estabelecidos por um ato unilateral do ministro e que as dúvidas
147 são muitas: se a adesão é mesmo voluntária; o que acontecerá com as universidades
148 que não aderirem; como as universidades participarão da gestão; qual é a política de
149 investimento nesses fundos e quais são os riscos inerentes; a motivação para que os
150 hospitais universitários deixem de ser parte do Sistema Único de Saúde (SUS), entre
151 outras. Por fim, disse entender que a proposta demonstra a tendência pela geração de
152 receita própria por operações financeiras, patrimoniais ou de venda de pesquisa,
153 indicando intenção de privatização progressiva. Terminou compartilhando o calendário
154 de audiências públicas nos campi. Então, foi a vez da Pró-Reitora de Administração
155 que apresentou quadro demonstrativo de riscos, tratando da natureza, da categoria,
156 da descrição, da consequência, da probabilidade do impacto e do nível dos riscos,
157 explanando cada um deles. A Sra. Tânia considerou que o documento propõe mudança
158 política, cuja alteração do modelo de financiamento que pode ser irreversível. A
159 Presidente, então, convidou a Profa. Helena Bonciani Nader, Presidente de Honra da
160 SBPC, da qual foi presidente e vice-presidente por dez anos, e Vice-Presidente da ABC.
161 A professora titular da Unifesp, primeiramente, falou da importância de cada um(a) ler
162 e se apropriar do conteúdo do PL. Ela cogitou que as próprias instituições podem vir a
163 ser OS, citando exemplos conhecidos como a Empresa Brasileira de Pesquisa e
164 Inovação Industrial (Embrapii) que faz a conexão entre universidades e institutos de
165 pesquisa e a iniciativa privada, ou a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), ligada
166 ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, responsável pelo
167 [backbone](#) (espinha dorsal, esquema de ligações centrais de um sistema de redes de
168 computadores) da rede acadêmica brasileira. Ela ponderou sobre o conceito de OS
169 que, em sua opinião, não necessariamente significa privatização ou falta de recursos.
170 Explicou que para a ABC, apesar de ainda não ter apresentado posição oficial sobre o





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



171 programa governamental, a maior preocupação tem sido a falta de clareza do
172 documento e não o fato de a gestão proposta ser através de OS. Ela citou
173 universidades americanas que se beneficiam de parcerias público-privadas com muito
174 sucesso e lamentou o contingenciamento dos recursos para educação no Brasil.
175 Encerrou dizendo que as propostas de mudança são bastante relevantes e não poderão
176 acontecer de forma repentina e declarando premente batalha por mais recursos. A
177 Profa. Virginia Junqueira recordou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
178 (PDRAE), citando o mecanismo utilizado para a contratação de OS que, em seu
179 entendimento, foi a forma encontrada para driblar a regra do teto remuneratório e que
180 se deu de modo questionável, sem procedimento de chamamento público. Discorreu
181 sobre as dificuldades desse modelo de gestão diante da troca de governos, como a alta
182 rotatividade de empresas e pessoal. Ela citou exemplos de irregularidades constatadas
183 na contratação de OS em São Paulo: empresa de parentes, pagamentos sem relação
184 com o serviço prestado, compra de insumos com valores superfaturados, insuficiência
185 de pessoal, treinamento fantasma, entre outras. Também mencionou que o trabalho
186 das OS na área da saúde é muito investigado. Terminou dizendo que os recursos
187 destinados às OS são muito altos, porém, a relação é bastante frágil, não permitindo
188 acompanhamento eficaz dos procedimentos, demonstrando a baixa capacidade de
189 regulação do poder público sobre esse tipo de governança. O Prof. Daniel Augusto
190 Feldmann, Presidente da Adunifesp, falou em nome da associação que se reuniu logo
191 que tomou conhecimento do PL. Ele externou as preocupações da entidade de classe,
192 dizendo que a proposta inverte a lógica das universidades públicas praticada até
193 então. Ele concordou que a universidade autônoma pode e deve buscar parcerias, mas,
194 alertou que essa iniciativa não pode ser confundida com privatização ou
195 financeirização da educação, transformando a universidade em máquina de gerar
196 receita. Destacou que a dimensão política não deve ser subestimada e que o
197 estabelecimento da relação entre as instituições, seus setores e pessoal deve ser de
198 colaboração e não de concorrência. Também lamentou que o documento seja ambíguo,
199 confuso e que abra margem para suspeitas de haver um método intrínseco a ele, que
200 pode culminar desfigurando a universidade pública, seja por inanição devido a
201 extrema falta de recursos ou pela aceitação de um programa que destrói a sua
202 essência. Ele disse temer o poder político do qual as OS gozarão caso esse modelo de
203 governança se confirme. Encerrou falando do calendário de atividades sobre esse
204 mesmo tema, da necessidade de mobilização e propondo paralisação. O Prof. Fabio





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



205 Cezar Venturini, Presidente eleito da Adunifesp, concordou com as falas anteriores no
206 sentido de a universidade não poder aderir ou descartar a proposta do governo sem
207 antes analisá-la a fundo. Ele enfatizou a grande reflexão que se apresenta a partir do
208 texto do Programa Future-se: a natureza da educação superior pública: universidade
209 autônoma, que produz conhecimento, que trabalha com fatos e dados x universidade
210 geradora de lucro, que garante retorno dos investimentos. Opinou que a proposta não
211 é interessante do ponto de vista do mercado, pois, se o fundo de investimento quebrar,
212 a universidade fecha. E, ainda, alegou que o programa permite que os governantes
213 façam propostas de acordo com suas aspirações pessoais. Recomendou a recusa do
214 programa, justificando que empresas do tipo *startup* não atuam em todos os campos
215 dos saberes, de modo que as áreas da filosofia, educação ou saúde coletiva serão
216 prejudicadas. A Profa. da Silva entendeu que as falas demonstravam o cuidado com
217 que o tema deveria ser tratado e apontavam para a análise criteriosa da situação. Ela
218 lamentou a forma com que a proposta tinha sido apresentada aos(às) Reitores(as), sem
219 oferecer possibilidades que certamente existem. Disse acreditar haver alternativas
220 melhores para a educação, sugeriu busca por maior participação nas decisões políticas
221 através do diálogo e recomendou a recusa da proposta. O Prof. Luiz Leduíno de Salles
222 Neto aproveitou a oportunidade para propor moção em solidariedade ao Prof. Ricardo
223 Galvão, demitido do cargo de Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
224 (INPE) por divulgar dados do seu trabalho, o que representa um ataque à ciência.
225 Declarou se referir ao Future-se como um documento, pois, em seu entender, não se
226 trata de projeto ou programa pedagógico ou educacional. Concordou que o mercado
227 não financiará ciência básica e, portanto, entende que a proposta não é viável. Avaliou
228 que o adiamento da decisão poderia ser uma tática, mas, defendeu a recusa. A
229 estudante Gabrielle Cabral Fernandes, conselheira e representante do Diretório
230 Central de Estudantes do campus Baixada Santista, salientou a gravidade e urgência
231 do tema. Julgou que o documento é uma proposta de privatização que usa como
232 argumentos alegada ineficiência e má gestão das universidades. Assinalou que a lógica
233 privatista não afeta somente a pesquisa, mas, também as relações de pessoal, tantos
234 os servidores quanto estudantes. Previu que a instalação do programa terminará com
235 a função social da universidade e com o conhecimento coletivo. Temendo o fim da
236 autonomia, ela lembrou dos dados sobre desmatamento e desemprego que foram
237 manipulados e ainda os casos dos três Reitores de universidades federais que não
238 conseguiram assumir seus cargos. O Sr. Paulo Cesar Pereira Guimarães, do





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



239 Sintunifesp, corroborou as manifestações anteriores declarando igual entendimento
240 sobre a proposta que, após análise da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em
241 Universidades Brasileiras (Fasubra), parece conter o desejo de privatização. Convocou
242 os(as) conselheiros(as) para, em nome da autonomia universitária, defender o que foi
243 conquistado com muita luta e sugeriu a recusa do Future-se. Ele terminou pedindo que
244 a conscientização seja multiplicada. A estudante Fernanda Souza Lopes de Camargo
245 analisou que a crônica falta de financiamento, os cortes contínuos e apresentação de
246 tal proposta fazem parte de projeto único de privatização. A Profa. Magali Aparecida
247 Silvestre elogiou o agendamento de reunião exclusivamente para expor os dados
248 referente ao assunto. Ela cumprimentou a comissão pela elaboração do material
249 bastante elucidativo e sugeriu que temas como diversidade e inclusão também fossem
250 considerados no mapa de riscos. Disse entender que a proposta não trata apenas da
251 autonomia da gestão, mas, ameaça a autonomia intelectual. Demonstrou preocupação
252 com o futuro do ensino superior federal que, atualmente, dispõe de sistema de
253 avaliação que, apesar de imperfeito, se mostra regular e garante sustentação das
254 diretrizes curriculares. E, também com a formação dos professores, lembrando que o
255 sistema federal de ensino foi pensado de forma articulada para alinhar a educação
256 básica à superior. Informou que o campus Guarulhos envolveu a comunidade na
257 discussão, convocando a Congregação, assembleias, audiências públicas e, ainda,
258 participou do Conselho de Desenvolvimento Municipal. Dessa forma, apesar de
259 concordar com o pedido de prorrogação do prazo de consulta pública do Future-se ao
260 MEC, se mostrou favorável à recusa do projeto onde quer que a decisão seja tomada. A
261 Profa. Rosana Fiorini Puccini externou sentimento de perda. Lembrou do crescimento
262 da instituição, que saltou de 1.000 para 12.000 alunos com a expansão e lamentou o
263 estado de incapacidade que as instituições se encontram diante do cenário atual.
264 Corroborou a fala da Profa. Virginia acerca da atuação das OS na área da saúde e
265 reforçou que o formato apresentado não favorece a inserção dos profissionais
266 formados na instituição. A representante dos servidores TAEs, Sra. Cecilia Fernandes,
267 agradeceu o trabalho da gestão que vinha fazendo cumprir o papel da universidade de
268 discutir, debater, propor e chegar ao melhor resultado para a sociedade. Disse
269 entender que a proposta do MEC visa a redução de custos e defendeu a suspensão do
270 programa e buscar reforço junto às bancadas parlamentares, explicando as
271 necessidades da instituição. A estudante Viti, do DCE do campus Guarulhos, estimulou
272 a plenária a recusar a proposta que disse entender ser mais um ataque a autonomia





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



273 universitária, ao espaço de defesa dos interesses sociais, significando avanço do
274 propósito de mercantilização da educação. Lamentou a precarização da carreira
275 docente, os maus tratos à ciência e o descaso com a educação de forma geral. Clamou
276 pelo “não” à proposta e convidou para a mobilização nacional programada para o dia
277 13 de agosto, concordando que, certamente, a luta não se encerraria ali, seria travada
278 em outras instâncias e a comunidade Unifesp deve estar preparada para defendê-la. A
279 Sra. Ana Bonilha, representante da APC, endossou as falas anteriores declarando que
280 os setores de pós-graduação não estão interessados em comercializar suas pesquisas.
281 Lembrou que as pesquisas da área de humanidades já vinham sofrendo cortes e
282 declarou que o mais premente é a reativação das pesquisas e a imediata abertura de
283 programas de pesquisa. O estudante Marcos de Jesus Cruz também externou posição
284 de recusa, defendendo que os pilares da universidade são indissociáveis. Julgou falta
285 de respeito o governo solicitar aprovação de um documento mal redigido e que não
286 pode ser avaliado por critérios técnicos. A estudante Alice Mogadouro se disse
287 contemplada pelas falas, acrescentando que a preocupação estudantil com a
288 mercantilização da universidade já vinha de outras sessões, quando se discutiu
289 políticas de patrocínio. Lamentou que o documento não trata de permanências ou
290 diversidade. Reforçou o convite para as mobilizações e enfatizou a necessidade de
291 incluir a sociedade na discussão, levando os estudos que acabavam de ser
292 apresentados para as audiências nos campi para aprofundamento da análise. O
293 estudante Leonardo Pontes Vinho expressou a sensação de “mãos apertando no
294 pescoço” e argumentou ser essa decisão a ser tomada: se o colegiado aceitará ou não
295 esse tipo de pressão, a despeito de recusar o documento. Disse que o parlamento não
296 salvará as universidades da situação agonizante e pediu à plenária que saia às ruas.
297 Ele também pediu informações concretas e detalhadas sobre o orçamento, desejando
298 saber quais são as perspectivas de futuro. Assim, encerradas as inscrições, a
299 Presidente solicitou que a Pró-Reitora de Administração atendesse os pedidos e,
300 conforme estipulado no início da sessão, fizesse apresentação sobre a situação
301 orçamentária. **Orçamento** - A Sra. Tania lamentou não ter respostas para todas as
302 perguntas. Reiterou a gravidade da situação orçamentária também vivida em outras
303 universidades federais. Louvou o trabalho que vem sendo feito pelo grupo técnico da
304 Unifesp que colocou a instituição em 1º lugar no quesito eficiência administrativa na
305 avaliação do Ministério da Economia, porém, disse não poder fixar prazos, limitando-
306 se a dizer que os horizontes são bastante restritos. Então, ela fez apresentação sobre o





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



307 acúmulo de reduções orçamentárias sofrido desde 2015. Demonstrou como as
308 despesas obrigatórias, progressões de carreiras, por exemplo, foram aumentando
309 enquanto o investimento foi sendo reduzido, as ações discricionárias e as
310 consequências [paralisação de obras, interrupção de pesquisas, redução de contratos,
311 restritos à “cesta básica” (i.e = limpeza, segurança, internet, água e energia elétrica)].
312 Por fim, falou das visitas aos campi para a realização de audiências públicas com o
313 intuito de informar e dialogar com a comunidade Unifesp sobre a situação de bloqueio
314 orçamentário e os esforços no sentido de enfrentá-la da melhor forma possível como
315 até então vinha sendo feito. Então, a Chefe de Gabinete, Profa. Andrea Rabinovici, foi
316 convidada a falar sobre o decreto que extinguiu as Funções Gratificadas 4 a 9 a partir
317 de julho. Ela mencionou os vários movimentos, internos e externos, no sentido de
318 mudar a situação imposta pelo decreto, de ocupar as gratificações que estavam vagas
319 para evitar seu recolhimento e a distribuição e adequação mais equânime possível
320 daquelas ainda disponíveis. Apesar do sucesso de algumas iniciativas que, por meio de
321 liminar, conseguiram anular os efeitos do decreto, tal como no Rio Grande do Sul e
322 Pernambuco, a Unifesp ainda buscava reversão da situação que afeta cerca de 120
323 servidores e tem dialogado com o Ministério Público e outras instâncias a respeito. A
324 Presidente avaliou que o colegiado e a comunidade se mostravam bastante atentos e
325 dispostos ao debate e aprofundamento dos temas importantes para garantir a
326 existência da universidade pública, gratuita e de qualidade, que preza pela autonomia
327 conquistada com muito esforço pelos antecessores. Ponderou que o conselho colocou
328 suas dúvidas e a necessidade de atuação que, certamente, não se dará por instrumento
329 único. Ela declarou acreditar na unidade de entendimento e na construção de
330 caminhos para a universidade, a saúde e o bem públicos autônomos de partidos e
331 governos. Considerando a formação de uma comissão para elaborar proposta baseada
332 no que fora apresentado e que subsidie a posição do colegiado sem, necessariamente,
333 limitar outras ações futuras e, também, o fato de já existir movimento por parte das
334 instituições federais paulistas no sentido de solicitar o adiamento da consulta pública,
335 reivindicando que tal instrumento siga os critérios legais para o seu estabelecimento,
336 **a Presidente colocou em votação os encaminhamentos ali suscitados que**
337 **foram unanimemente aprovados. A saber: > manifestação a respeito do**
338 **Decreto 9.725 que extingue as FGs 4-9; > moção em pela autonomia**
339 **universitária e em solidariedade ao Prof. Ricardo Galvão do Inpe; >**
340 **manifestação a respeito da situação orçamentária; e, a > formação de Grupo**





341 **de Trabalho - composto por conselheiros(as): a Pró-Reitora de Administração,**
342 **Sra. Tania Mara Francisco, o Pró-Reitor de Planejamento, Prof. Pedro Fiori**
343 **Arantes, um representante docente, Prof. Luiz Leduino de Salles Neto, uma**
344 **representante TAE, Sra. Carla Cristina Marquezi e um(a) representante**
345 **discente a ser indicado(a) por seus pares - para elaboração de documento**
346 **sobre o Programa Future-se a ser apreciado na sessão ordinária seguinte, que**
347 **será aberta a convidados(as).** Nada mais havendo a tratar, eu, Maristela Bencici
348 Feldman, secretária, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim
349 e pela Sr^a Presidente.

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

Soraya Soubhi Smaili
Reitora
Presidente do Conselho Universitário

Maristela Bencici Feldman
Secretária do Conselho Universitário

